

As quotas sociais nas universidades paulistas

Eunice R. Durham

As universidades públicas paulistas, por pressão do governo do Estado, discutem agora a aceitação de uma política de quotas para alunos egressos das escolas públicas, facilitando o ingresso de negros e pobres nestas universidades.

O problema que as quotas pretendem resolver é muito real. Trata-se do fato de que a porcentagem de jovens pobres e negros que logra ingressar nas universidades é muito menor que a de brancos de classe média, os quais que constituem a maioria dos alunos. Isto atesta, confirma e reproduz a enorme desigualdade social e educacional da sociedade brasileira. Mas constituiu obviamente um remendo tentar democratizar o acesso à universidade manipulando o vestibular, o qual não é causa, mas apenas o reflexo a desigualdade pré-existente. Há outras políticas alternativas de inclusão social mais eficazes do que esta que precisam ser consideradas.

Sistemas de quotas destinadas a diminuir a desigualdade socioeconômica e étnica no ensino superior já foram tentadas e abandonados em muitos países porque ou não beneficiavam de fato os mais pobres e mais discriminados, ou produziam uma queda no desempenho nas melhores instituições de ensino superior. Exemplo disto, no Brasil, foi a chamada Lei do Boi, instituídas nas escolas agrícolas para beneficiar a população de origem rural; a tentativa fracassou porque acabou favorecendo os filhos de grandes proprietários de terra. Nos Estados Unidos, as quotas para negros tiveram mais sucesso porque se destinavam a quebrar a separação entre universidades exclusivamente para brancos e universidades para negros, divisão esta que permeava todo o sistema escolar; entretanto, tendo sido eliminado este apartheid exacerbado, entraram em desuso. Processo semelhante está ocorrendo na África do Sul. Na União Soviética, logo após a Revolução Bolchevista, o governo criou um amplo sistema de quotas para filhos de operários. Neste exemplo, as quotas foram abolidas após alguns anos em virtude da queda da qualidade das instituições universitárias.

A desigualdade educacional não se origina no vestibular, mas na educação

básica, especialmente no caso do sistema público. A porcentagem da população pobre e negra que ingressa, permanece e se forma no ensino médio já é inferior à de brancos de classe média e alta que completa este percurso. Isto faz com que a composição social e étnica dos que preenchem a condição mínima para o ingresso no ensino superior, isto é, o certificado de conclusão do ensino médio, já esteja longe de ser democraticamente igual. Mudanças no vestibular não afetam esta desigualdade prévia e é ela que precisa ser, se não suprimida, pelo menos diminuída.

As quotas possuem um conteúdo demagógico porque atingem uma ínfima minoria dos excluídos e é o tamanho da exclusão que deve constituir nosso ponto de partida. A proposta do PIMESP apresenta dados importantes para esta análise. No Brasil, 1,9 milhões de alunos concluíram o Ensino Médio em 2005, o que corresponde a 28,8% dos 6,6 milhões de alunos que ingressaram na primeira série do Ensino Fundamental em 1.995, ou seja, 10 anos antes. Isto significa que o sistema de Educação básica, exclui, antes do vestibular, cerca de 2/3 da população escolar. Como só 870 mil alunos concluíram o ensino superior em 2.011, isto é, 13% dos Ingressantes no ensino fundamental em 2.005, o percentual de excluídos ao ensino superior chega a 87% da população escolar. É verdade que houve inegável progresso nos últimos anos, tendo mais que dobrado a matrícula no ensino médio e superior. A exclusão, entretanto, ainda é excessiva.

A Situação do Estado de São Paulo é muito melhor do que a média brasileira; a taxa de conclusão do ensino médio não é de 28% mas 59%. Ainda assim, sobram 41% dos previamente excluídos, isto é, sem possibilidade de disputar uma vaga no ensino superior.

Vejam os a questão de outro ângulo. No Estado de São Paulo, menos de 30% dos jovens está matriculado no ensino superior – há, portanto, pelo menos 70% de excluídos. Dos 30% incluídos, as universidades públicas atendem apenas cerca de 15% do total de matriculados, isto é, o equivalente a cerca de 5% dos jovens de 18 à 24 anos. Com ou sem quotas, as universidades paulistas excluem 95,5% da população em idade de cursar o ensino superior. Para privilegiar ínfimos 2, 5%, isto é, metade dos jovens matriculados nas universidades públicas, o projeto das quotas subverte todo o sistema de mérito dos vestibulares.

É importante assinalar também que as quotas não aumentaram e o nível de inclusão da população no ensino superior (que é dos mais baixos entre os países em desenvolvimento), porque não implicam um aumento das matrículas. Desta forma a inclusão de alguns se dá pela exclusão de outros - aqueles que, sem o mecanismo das quotas, ingressariam no ensino superior, boa parte dos quais, provavelmente, os de menor renda. O número de excluídos continua o mesmo.

Mas não se trata apenas de uma questão de quantidade, mas também de qualidade. O acesso ao ensino superior exige uma formação básica prévia. Indicadores das competências essenciais que devem ser adquiridas no Ensino Básico antes do ingresso nas universidades, incluídos em avaliações internacionais como o PISA, permitem a comparação com outros países, Tomemos os relativos à língua materna.

Os dados do *PISA at a Glance* (OECD, 2010, pp. 13 a 19), indicam que a situação do Brasil é muito preocupante. Vejamos: do total de alunos que concluiu o ensino fundamental, numa escala de um a seis, um pouco mais de 50% estão nos níveis um e menos um, isto é, não são capazes de ler e interpretar mais do que textos muito simples (mais simples do que os dos livros didáticos). Em matemática os dados são ainda piores: cerca de 70% estão nestes níveis.

Pode se argumentar que o PISA é aplicado a alunos de 15 anos matriculados no último ano do ensino fundamental, isto é, antes do ensino médio, e que o desempenho dos estudantes pode melhorar muito antes do vestibular. O que os dados do sistema de avaliação do ensino básico efetuado pelo MEC (o SAEB) indicam é o contrário: embora os alunos de fato aumentem seus conhecimentos e competências durante o ensino fundamental, o médio acrescenta muito pouco. Isto não é estranho, uma vez que estas competências são cumulativas e o mal desempenho nos níveis mais básicos implica dificuldades crescentes nos mais avançados.

Podemos inferir destes dados que, sendo o domínio da escrita condição indispensável para o ingresso no ensino superior, os jovens em condição de disputar uma vaga em boas universidades são aqueles com índices pelo menos maiores que 2. No Brasil o percentual destes jovens no nível 3 é de cerca de 20%, sendo que apenas cerca de 4% estão no nível 4 e é de menos de 1% os que atingem o nível 5. Provavelmente são apenas estes dois últimos que estão em condições de ingressar nos cursos academicamente mais exigentes.

A conclusão parece-me óbvia. O ensino superior de boa qualidade só é acessível a, no máximo, 25% dos jovens e é portanto necessariamente elitista.

Embora a questão racial na proposta do governo paulista seja contemplada em apenas parte da quota, é a mais problemática. Em primeiro lugar porque contraria o espírito universalista da constituição e da LDB, as quais expressamente vedam a discriminação por gênero, raça ou etnia. O maior problema o abandono de critérios universalistas está em oficializar a categoria **Raça**, contrariando o conhecimento científico, o qual aponta a enorme miscigenação da população brasileira e a artificialidade das diferenças raciais, que são construções culturais e não categorias naturais. Um critério universalista significa não considerar essas diferenças como válidas e relevantes. Foi isto que permitiu que as mulheres fossem admitidas em grande número nas universidades, sem a necessidade de quotas femininas para ingresso.

Repugna-me especialmente o fato de que, para ingressar nas universidades os alunos sejam obrigados a decidir se são brancos ou negros, havendo mecanismos oficiais de ingresso para uma e outra categoria. Criam-se assim os **oficialmente negros** e os **oficialmente brancos**, oficializando também a existência de **duas** raças distintas mutuamente excludentes – ou somos brancos ou somos negros quando, na verdade, não somos nem uma coisa nem outra, ou melhor, somos ambas as coisas – somos mestiços. A exigência de separar negros e brancos vai inclusive criar problemas nas próprias famílias, nas quais os filhos, frequentemente, apresentam graus diferentes de brancura e negritude.

Isto explica porquê na última tentativa do MEC de avaliar a participação dos descendentes de africanos no ensino médio, mais da metade dos alunos se recusam a autotransclassificar-se como branco ou negro.

Há ainda outra característica das quotas que me incomoda e a qual é intransigentemente defendida pelo movimento negro - a de um sistema de acordo com o qual alunos “negros” não podem competir com “brancos”, mas apenas com outros negros. Isto representa o inverso de qualquer política de inclusão com integração, criando duas populações de alunos separados no próprio vestibular o qual pode se perpetuar durante todo o curso. Já existem inclusive reivindicações de quotas também para a pós-graduação. Acho isto inaceitável porque nega toda a política de combate ao racismo.

Não estou querendo negar a existência do preconceito racial no Brasil e a necessidade de combatê-lo. Mas há duas observações a serem feitas. O preconceito permeia insidiosamente todo o ensino básico, especialmente entre os alunos. Da parte dos professores, o preconceito é mais sutil – manifesta-se geralmente na pressuposição de que os alunos cujo fenótipo é mais próximo do estereótipo do negro não vão conseguir um bom desempenho escolar e são deixados de lado, não recebendo os estímulos afetivos e intelectuais que promoveriam um aproveitamento satisfatório. Além disso, os alunos que podem se declarar “negros” acumulam outros fatores negativos associados ao mau desempenho escolar pois estão altamente representados na população mais pobre, entre as famílias desestruturadas e de baixa escolaridade. A baixa escolaridade desta população constitui uma pesada herança da escravidão, a qual afetou profundamente a cultura brasileira. Ainda não eliminados inteiramente esta herança.

Esta situação justifica e mesmo exige políticas compensatórias durante o processo de escolarização¹. O problema está em querer realizar esta compensação nos exames vestibulares, especialmente porque, de todo o sistema educacional é o sistema de ingresso na universidade o único que neutraliza a ação do preconceito. Os exames são aplicados e os resultados são avaliados sem que se conheça a cor do candidato e a própria natureza do exame afasta a possibilidade de manifestação preconceituosa por parte dos examinadores. Além disso, o ambiente universitário é o mais tolerante para com diferenças de origem étnica. É por esta razão que acho estranho que na batalha necessária contra o preconceito, seja exatamente o vestibular o escolhido para uma ação afirmativa.

Analisemos agora a lógica de propor quotas pra egressos da escola pública. Todos concordam que o ensino médio público, teoricamente acessível a todos, é incapaz de preparar os pobres, tanto como brancos negros, para ingressar nas universidades públicas. Aliás, é incapaz de preparar também os não pobres. A solução encontrada na proposta de quotas é a de, reconhecendo as deficiências do ensino básico público, aceitá-la como inevitável e estabelecer dois critérios para ingresso: um menos exigente para os estudantes desta proveniência e outro mais rígido para os demais. Mas, já prevendo que aqueles encontrariam grandes dificuldades em acompanhar os cursos, propõe-se criar um programa especial de um ou dois anos para permitir que superem

¹ Para uma análise um pouco mais detalhada desta questão, vide DURHAM, 2003.

suas deficiências mais gritantes. Este trabalho de superar deficiências inclui retomar não apenas os conteúdos do ensino médio mas, inclusive do ensino fundamental, especialmente no que diz respeito à matemática. Esta não é tarefa da universidade nem estão seus professores preparados para trabalhar no nível mais elementar das disciplinas que ministram.

Por outro lado, creio que ante o enorme volume dos excluídos do ensino superior, alguma ação afirmativa é necessária. Não podemos continuar a excluir sumariamente jovens talentosos e dedicados, que não tiveram a oportunidade de receber uma formação adequada. Mas isto deve ser feito antes e não depois do vestibular.

Há ainda outro fator a considerar. A escolha do critério de estabelecer quotas para os egressos das escolas públicas de nível médio reside na pressuposição de que, desta forma, seriam beneficiados os alunos mais pobres, os quais são os que encontram maiores dificuldades no processo escolar. É inegável que, sendo gratuita e não exigindo exames de ingresso, a escola pública concentra o maior percentual de alunos pobres.

É verdade também que a variável mais significativa na explicação do nível de desempenho dos alunos é a renda. Entretanto, é preciso reconhecer que há alunos de diferentes níveis de renda tanto na escola pública como na privada.

Dados dos *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2010*, da FAPESP trazem dados interessantes a este respeito, embora se restrinjam ao Brasil (ver Volume I, Tabela pp. 2-5b)

Discriminando por nível de renda a população de 18 a 24 anos que cursa ou cursou o ensino superior em 2.003, diferenciando os provenientes da escola pública ou privada verifica-se que:

- ✓ Do total (pequeno) dos alunos provenientes de famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 53% procedem de escolas privadas (provavelmente bolsistas).
- ✓ Na faixa de renda seguinte (de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo) 58% provém de escolas privadas.
- ✓ Na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos este percentual aumentou para 67%.
- ✓ Nas faixas de 2 a 5 salários, o percentual é de 76% e na de mais de 5 , 78%.

A estabelecimento de quotas que contemplam apenas alunos de escolas públicas teriam excluído, em 2003, 53% dos de alunos com renda de até meio salário mínimo, e 58% dos que estão na faixa entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, além do 67%, da faixa subsequente de 1 a 2 salários.

A quota prejudica portanto não apenas os ricos, mas os pobres que investiram muito em propiciar aos seus filhos uma formação melhor.

A solução óbvia, para atingir a raiz do problema, seria a de que as universidades públicas, utilizando o seu enorme capital cultural, os recursos multimídia, as novas tecnologias educacionais e os espaços subutilizados, criassem, como parte de seus programas de extensão, excelentes cursos modernos pré-universitários presenciais e gratuitos para alunos de baixa renda vocacionados e empenhados em ingressar no ensino superior, contribuindo assim, de fato, para permitir que alunos do ensino médio público possam superar as deficiências de sua formação anterior e disputar com os alunos do ensino privado as vagas disponíveis. É necessário também lembrar que as famílias de classe média alta cujos filhos tiveram desempenho medíocre no ensino básico público ou privado, recorrem a cursinhos pagos para suprir as deficiências que trazem de sua formação anterior. A preparação adicional às aulas regulares de ensino médio constitui, aliás, prática comum nos países que conheço, como a Inglaterra, Estados Unidos e França. Foi também muito comum na própria USP. Eu mesma, nos idos dos anos cinquenta, pretendendo ingressar no Curso de Ciências Sociais da USP, frequentei durante seis meses um cursinho, então tradicionalmente oferecido pelos alunos do Grêmio Estudantil, que cobrava mensalidades modestas, o qual me foi de grande valia. Ainda hoje, um cursinho semelhante oferecido por alunos da Escola Politécnica, tem preparado muitos estudantes de escolas públicas para prestarem os exames de ingresso.

Insisto que um curso à distância não terá os mesmos efeitos de um curso presencial porque a população mais pobre e menos escolarizada não tem, em casa, os equipamentos disponíveis nas escolas, nem os lugares adequados para o estudo, nem o estímulo da sociabilidade escolar e nem mesmo a disciplina do estudo autônomo que os cursos à distância exigem.

Utilizando estes precedentes, o corpo docente do curso pré-vestibular poderia ser constituído pelos alunos de pós - graduação e de graduação, especialmente os licenciandos, para os quais esta experiência substituiria com vantagens os atuais estágios obrigatórios. Um curso como este poderia atender a um número muito maior de estudantes proveniente das escolas públicas do que a proposta dos Colleges Comunitários, que está incluída no projeto do governo.

Além do mais, a elaboração e programação de um curso com este, utilizando pessoal altamente competente e as mais recentes tecnologias, educacionais, poderia ser oferecido, com o material didático respectivo, às próprias escolas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade. Com a formação de monitores, esses programas poderiam também suprir, pelo menos temporariamente, a enorme carência de professores de ciências e matemática.

No caso da necessidade de estabelecer limites de matrícula, o critério menos problemático é o privilegiar os de renda mais baixa, para não penalizar as famílias modestas, que fizeram grandes sacrifícios para garantir uma formação escolar de melhor qualidade para seus filhos, pagando escolas particulares. Sendo a proporção de negros muito maior na população mais pobre, eles seriam implicitamente favorecidos com critérios de renda. Além do mais, é preciso também considerar que há excelentes escolas públicas de nível médio, como as criadas por universidades e as que integram os cursos técnicos nas quais, dada a elevada procura o ingresso é feito por um exame de seleção bastante exigente que por isto privilegia alunos de classe média e cujos egressos disputam uma vaga nas universidades públicas em condições de igualdade com os provenientes das melhores escolas particulares. Estes alunos já obtiveram as condições necessárias para ingressar nas universidades e seria injusto que se beneficiassem da quota reservada para egressos da escola pública regular.

Não estaríamos ainda assim atingindo as raízes da desigualdade educacional que residem na desigualdade econômica e social da população e na inadequação do ensino fundamental público – mas estaríamos pelo menos, contribuindo para sanar as injustiças mais gritantes.

As universidades paulistas, especialmente a USP, estavam, com razão, resistindo à implantação das quotas. Agora, por interferência do Governo do Estado, e pressão do Governo Federal parecem estar cedendo. Lamento muito.

Poderíamos fazer mais e melhor do que criar quotas, mas, temo que, tendo aplacada a sua consciência igualitarista com um gesto simbólico, a USP e os deputados que pressionam pela criação do sistema de quotas se despreocupe com os problemas da má qualidade do ensino público, com os 70% dos jovens que não estão incluídos no ensino superior e com os 94,5% dos excluídos das universidades estaduais paulistas, que continuarão a ser ignorados.